



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Segunda Câmara
Sessão: 1º/4/2014

97 TC-000653/008/13

Conveniente: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto.

Conveniada: Associação Maternal de Orientação e Reeducação - AMOR.

Autoridade(s) que firmou(aram) o(s) Instrumento(s): Telma Antonia Marques Vieira (Secretária Municipal de Educação) e Eliana de Fátima Pires de Albuquerque Lopes da Silva (Presidente).

Objeto: Transferência de recursos financeiros destinados a oferecer educação infantil na Escola de Educação Infantil Zilda Natel.

Em Julgamento: Convênio firmado em 01-01-11. Valor - R\$1.032.305,03. Termo Aditivo celebrado em 01-03-11.

Procurador(es) de Contas: Rafael Antonio Baldo.

Fiscalizada por: UR-11 - DSF-II.

Fiscalização atual: UR-11 - DSF-II.

98 TC-000656/008/13

Conveniente: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto.

Conveniada: Associação Maternal de Orientação e Reeducação - AMOR.

Autoridade(s) que firmou(aram) o(s) Instrumento(s): Telma Antonia Marques Vieira (Secretária Municipal de Educação) e Eliana de Fátima Pires de Albuquerque Lopes da Silva (Presidente).

Objeto: Transferência de recursos financeiros destinados a oferecer educação infantil na Escola de Educação Infantil Professora Sylvia Purita.

Em Julgamento: Convênio firmado em 01-01-11. Valor - R\$733.481,65.

Procurador(es) de Contas: Rafael Antonio Baldo.

Fiscalizada por: UR-11 - DSF-II.

Fiscalização atual: UR-11 - DSF-II.

99 TC-000657/008/13

Conveniente: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Conveniada: Associação Maternal de Orientação e Reeducação - AMOR.

Autoridade(s) que firmou(aram) o(s) Instrumento(s): Telma Antonia Marques Vieira (Secretária Municipal de Educação) e Eliana de Fátima Pires de Albuquerque Lopes da Silva (Presidente).

Objeto: Transferência de recursos financeiros destinados a oferecer educação infantil na Escola de Educação Infantil Engenheiro Carlos Milanesi.

Em Julgamento: Convênio firmado em 01-01-11. Valor - R\$573.431,10.

Procurador(es) de Contas: Rafael Antonio Baldo.

Fiscalizada por: UR-11 - DSF-II.

Fiscalização atual: UR-11 - DSF-II.

100 TC-000658/008/13

Conveniente: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto.

Conveniada: Associação Maternal de Orientação e Reeducação - AMOR.

Autoridade(s) que firmou(aram) o(s) Instrumento(s): Telma Antonia Marques Vieira (Secretária Municipal de Educação) e Eliana de Fátima Pires de Albuquerque Lopes da Silva (Presidente).

Objeto: Transferência de recursos financeiros destinados a oferecer educação infantil na Escola de Educação Infantil Dr. Adelício Teodoro.

Em Julgamento: Convênio firmado em 01-01-11. Valor - R\$839.670,84.

Procurador(es) de Contas: Rafael Antonio Baldo.

Fiscalizada por: UR-11 - DSF-II.

Fiscalização atual: UR-11 - DSF-II.

101 TC-000659/008/13

Conveniente: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto.

Conveniada: Associação Maternal de Orientação e Reeducação - AMOR.

Autoridade(s) que firmou(aram) o(s) Instrumento(s): Telma Antonia Marques Vieira (Secretária Municipal de Educação) e Eliana de Fátima Pires de Albuquerque Lopes da Silva (Presidente).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Objeto: Transferência de recursos financeiros destinados a oferecer educação infantil na Escola de Educação Infantil Celeste Maria de Almeida Gouveia.

Em Julgamento: Convênio firmado em 01-01-11. Valor - R\$578.664,95. Termo Aditivo celebrado em 01-11-11.

Procurador(es) de Contas: Rafael Antonio Baldo.

Fiscalizada por: UR-11 - DSF-II.

Fiscalização atual: UR-11 - DSF-II.

102 TC-000660/008/13

Conveniente: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto.

Conveniada: Associação Maternal de Orientação e Reeducação - AMOR.

Autoridade(s) que firmou(aram) o(s) Instrumento(s): Telma Antonia Marques Vieira (Secretária Municipal de Educação) e Eliana de Fátima Pires de Albuquerque Lopes da Silva (Presidente).

Objeto: Transferência de recursos financeiros destinados a oferecer educação infantil na Escola de Educação Infantil Dr. Mário Moraes Alhenfelder Silva.

Em Julgamento: Convênio firmado em 01-01-11. Valor - R\$838.158,07.

Procurador(es) de Contas: Rafael Antonio Baldo.

Fiscalizada por: UR-11 - DSF-II.

Fiscalização atual: UR-11 - DSF-II.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES PÚBLICOS

103 TC-000549/011/12

Órgão Público Concessor: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto.

Entidade(s) Beneficiária(s): Associação Maternal de Orientação e Reeducação - AMOR.

Responsável(is): Valdomiro Lopes da Silva Júnior (Prefeito), Telma Antonia Marques Vieira (Secretária Municipal de Educação) e Eliana de Fátima Pires de Albuquerque Lopes da Silva (Presidente).

Assunto: Prestação de contas - repasses públicos ao terceiro setor.

Exercício: 2011.

Valor: R\$4.595.711,64.

Advogado(s): Luis Roberto Thiesi.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Procurador(es) de Contas: Rafael Antonio Baldo.

Fiscalizada por: UR-11 - DSF-II.

Fiscalização atual: UR-11 - DSF-II.

Relatório

Em exame, prestação de contas do exercício de 2011, no valor total de R\$ 4.595.711,64, decorrentes de 6 convênios firmados entre a **Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto** e a **Associação Maternal de Orientação e Reeducação Amor**, tendo por objetivo o oferecimento de educação infantil em diversas escolas do município.

TC-653/008/13 - teve por objeto o oferecimento de educação infantil na escola Zilda Natel, no valor mensal de R\$ 350,00 por criança matriculada, no total repassado de R\$ 1.032.305,03; e, o termo aditivo nº 1º/3/2011 alterou o valor unitário para R\$ 390,00.

TC-656/008/13 - teve por objeto o oferecimento de educação infantil na escola Sylvia Purita, no valor mensal de R\$ 340,00, no total repassado de R\$ 733.481,65.

TC-657/008/13 - teve por objeto o oferecimento de educação infantil na escola de educação infantil Eng. Carlos Milanesi, no valor mensal de R\$ 320,00, no total repassado de R\$ 573.431,10.

TC-658/008/13 - teve por objeto o oferecimento de educação infantil na escola Adelício Teodoro, no valor mensal de R\$ 236,00, no total repassado de R\$ 839.670,84.

TC-659/008/13 - teve por objeto o oferecimento de educação infantil na escola Celeste Maria de Almeida Gouveia, no valor mensal de R\$ 345,00, no total repassado de R\$ 578.664,95.

TC-660/008/13 - teve por objeto o oferecimento de educação infantil na escola Mário Moraes Althenfelder Silva, no valor mensal de R\$ 300,00, no total repassado de R\$ 838.158,07.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Todas essas prestações de contas, no total de R\$ 4.595.711,64, estão sendo tratadas no TC-549/011/12.

Ao instruir os convênios, a fiscalização pontuou inexistir justificativas para as diferenças encontradas nos preços ajustados, por criança; critérios subjetivos para a escolha das entidades, sendo 'descabida a discricionariedade do gestor'; quanto ao termo aditivo tratado no TC-653/008/13, constatou inexistir justificativas para o aumento de 11,42% no valor unitário; que os convênios objetivaram terceirizar mão de obra efetiva, furtando a Administração de realizar concursos de admissão; e, houve afronta ao princípio da moralidade, dentre outros, em razão de que a entidade é presidida pela cônjuge do chefe do executivo.

Quanto às prestações de contas decorrentes dos convênios, ora tratadas no TC-549/011/12, a fiscalização considerou que os gastos atenderam as finalidades pretendidas, consignando "que a educação infantil oferecida causou boa impressão a esta fiscalização durante as visitas realizadas.", mas concluiu seu relatório pela irregularidade das contas, "*em função da irregularidade dos convênios.*".

Instada, a concessionária apresentou justificativas e documentos relacionados aos convênios.

Em síntese, defendeu que a "diferenciação dos valores "per capita" entre as diferentes unidades conveniadas justifica-se pela quantidade de alunos nos diferentes níveis e etapas atendidos pela Instituição, considerando que, quanto menor a idade cronológica maior a equipe de profissionais necessários ao atendimento, gerando assim um custo "per capita" maior. A proporcionalidade de adulto (professores) por criança encontra-se regulada na Resolução SME nº 5/2011, art.4º, em anexo."

Asseverou que a entidade mantém parceria com a concessionária desde 1999, e que durante todo esse período teve como regulares todas as prestações de contas. Que "Historicamente o atendimento dos alunos de 0 a 3 anos não



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

fazia parte da Educação Básica Nacional como obrigatória, era oferecido através do Bem Estar Social como atividade assistencial. Com as alterações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica Nacional - LDBEN 9394/96, passou-se este atendimento a ser encampado pela Secretaria de Educação, dando cunho educacional a este tipo de atendimento, inclusive incluindo como obrigatórios o atendimento as crianças de 4 e 5 anos."

Acresceu que medidas já estão sendo adotadas com a realização de 2 concursos públicos para a contratação de professores, sendo que em 2011 foram contratados 366 professores de educação básica, e, em 2013 foram abertas mais de 256 vagas.

Por fim, que o aumento do valor per capita decorreu da inclusão de outra unidade escolar como extensão.

Para o MPC, houve a terceirização indevida pela Administração de atividade de sua responsabilidade, com a terceirização de creches e a contratação indireta de profissionais da educação, e, por essas razões os convênios e o termo aditivo estão irregulares.

Quanto à prestação de contas do exercício de 2011, tratada no TC-549/011/12, o MPC entendeu que "a entidade em tela cumpriu seus objetivos" e "concluiu pelo julgamento regular da matéria com a recomendação proposta.", para que alerte o órgão quanto à proibição de celebrar convênios com entidades cujo dirigente seja agente político, cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, nos termos do que dispõe o inciso II, do artigo 2º, Decreto Federal nº 6170/2007 e com a alínea "b", inciso II, do artigo 6º, da Portaria Interministerial 127/2008.

É o relatório.

ak/



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Voto

TC-653/008/13

TC-656/008/13

TC-657/008/13

TC-658/008/13

TC-659/009/13

TC-660/009/13

TC-549/011/12

De fato, não poderia a concessionária, mediante os convênios firmados, ter repassado à entidade conveniada a obrigação de administrar seis escolas de educação infantil para o atendimento de crianças entre 3 e 5 anos de idade, tampouco repassar a ela a obrigatoriedade de contratar os professores.

A propósito, ciente de sua obrigação constitucional, a Administração Municipal, conforme por ela noticiado, promoveu 02 concursos públicos para a contratação destes profissionais nos exercícios de 2011 e 2013, sanando parcialmente a questão.

No entanto, as providências adotadas não possuem força para reverter o cenário de irregularidade dos convênios e do aditivo firmados, já que os atos administrativos se solidificaram, gerando os consequentes efeitos jurídicos estabelecidos em seus termos.

Quanto à prestação de contas, conforme revelado durante toda a instrução processual, não houve indícios de malversação do dinheiro público e, se o objeto foi executado nos moldes estabelecidos pelos convênios, inclusive deles constando a obrigatoriedade de a entidade contratar os professores, não há como considerar irregulares as contas.

Este Tribunal, consoante inúmeros julgados proferidos, a exemplo da decisão plenária constante do TC-1533/006/08, tem consolidado entendimento no sentido de se apartar os atos da entidade, ora relacionados à prestação de contas, dos atos dos concessionários, ora responsáveis pelas parcerias com as entidades do terceiro setor.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Desta forma, sendo a prestação de contas um ato exclusivo da entidade, não pode ela ser prejudicada com decisão desfavorável quando verificada a correta aplicação dos recursos, como no caso se demonstra.

Dessa maneira, em função de parâmetros de proporcionalidade e finalidade e segundo critérios razoáveis de adequação dos meios aos fins, principalmente por não restar evidenciada afronta ao ordenamento jurídico e irregularidade na aplicação dos recursos públicos pela entidade conveniada, as razões ofertadas com relação à prestação de contas merecem o acolhimento desta Corte.

Por todo o exposto, voto pela **irregularidade** dos convênios firmados, acionando-se os incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93. De outro norte, principalmente por não restar evidenciada falha material na consecução dos objetos conveniados, já que os gastos condizem com as atividades desenvolvidas pelas entidades, voto pela **regularidade** da prestação de contas, referentes ao exercício de 2011, no importe de R\$ 4.595.711,64. Outrossim, proponho **recomendar severamente**, com base no parecer do MPC, à Prefeitura do Município de São José do Rio Preto, que não celebre parcerias com entidades cujos dirigentes sejam agente político, cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, nos termos do que dispõe o inciso II, do artigo 2º, Decreto Federal nº 6170/2007 e com a alínea "b", inciso II, do artigo 6º, da Portaria Interministerial 127/2008.